



UM TRATAMENTO TEÓRICO DA REPRODUÇÃO CULTURAL DAS CLASSES NOS PROCESSOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Maria Thereza Rosa Ribeiro

tete@ufpel.tche.br

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Brasil



RESUMEN

Esta apresentação trata da análise das categorias estrutura de classe, cultura e ação coletiva as quais em conexão com a história individual e coletiva reinterpretam o conceito de classe. O objetivo é identificar por meio da articulação dessas categorias a possibilidade de compreensão dos processos sociais contemporâneos à luz da construção do conceito de classe distinto da noção sociológica clássica. Para realizar tal intento proponho cotejar a problemática de Klaus Eder, desenvolvida na obra 'A nova política de classes' (2002), e a de Pierre Bourdieu em 'A distinção' (2007).

Palabras clave: Classe, cultura contemporânea, ação coletiva

ABSTRACT

This presentation deals with the analysis of the categories class structure, culture and collective action which in connection with individual and collective history reinterpret the concept of class. The objective is to identify through the articulation of these categories the possibility of understanding contemporary social processes in the light of the construction of the concept of class distinct from the classical sociological notion. In order to carry out such an attempt, I propose to compare the problematic of Klaus Eder, developed in the work 'The new class politics', and the one of Pierre Bourdieu in 'The distinction' (2007).

Keywords: Class, contemporany culture, social action



I. Introducción

Nesta apresentação, o tema proposto é o tratamento teórico das classes sociais para interpretação dos processos sociais hodiernos. Considera-se a pertinência da análise de classes para dar conta da emergência de ação coletiva, bem como para explicação com vistas à compreensão das práticas sociais geradas pelas condições culturais e económicas as quais situam o indivíduo no lugar que o faz parte de determinado agrupamento humano.

Essa reflexão contribui para dar continuidade à interpretação das representações sociais sobre a riqueza e a pobreza produzidas por moradores de condomínios residenciais do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), na cidade brasileira, Pelotas, do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de pesquisa realizada entre os anos 2012 e 2016. A partir da experiência da prática do *habitat* reconstituída nas falas dos moradores de baixa e média renda capturou-se os vínculos familiares, de trabalho e de vizinhança por meio da observação e de entrevistas com os atores/agentes nos seus lugares de moradia. A análise do processo relacional no espaço da moradia tratou da leitura das representações sociais sobre a riqueza e a pobreza construídas pelos moradores dos condomínios residenciais de programas sociais de habitação: o PAR, programa executado pela Prefeitura Municipal de Pelotas com a Caixa Econômica Federal, e o PMCMV, pelo Governo Federal e o mesmo banco de fomento à habitação social. Ao todo foram entrevistados vinte chefes de família (mulheres) e dois (homens) *in locu* distribuídos da seguinte forma: PMCMV, nos residenciais Residencial Fragata, seis famílias; Parque Velho, uma família; Praça dos Recreios, três famílias; do PAR, Residencial Terra Sul, três; Princesa do Sul, três; Residencial Duque de Caxias, três; Guerreiro, três famílias. Nesses espaços, as relações de proximidade e de distância entre os atores estão marcadas por conflitos e consensos. Os conflitos são explicitados pelos moradores que identificam a dificuldade de convivência entre os vizinhos, atribuída ao novo padrão de moradia que “impõe” regras e pagamento de condomínio, o que faz eclodir diferentes vontades e interesses próprios da cultura do indivíduo desenraizado do lugar de origem. Somam-se a isso os eventuais transtornos materiais como: a ausência de emprego, as



desavenças familiares e o tráfico de drogas, e a repercussão disso na vida dos indivíduos, muitas vezes, como tragédia. Por outro lado, o consenso emerge do reconhecimento pelos entrevistados de que as políticas sociais, do PMCMV, do Programa Bolsa Família (PBF), do programa de assistência aos portadores de necessidades especiais, do cartão de crédito Minha Casa Melhor (MCM) garantem a integração social dos moradores por meio do consumo de bens, de educação escolar, de assistência, de oportunidade de renda com o trabalho seja de safrista na indústria de doces de Pelotas, seja de reciclagem de lixo e de trabalho intermitente na casa de outrem (limpeza e cozinha).

A análise relacional da posição e das representações sociais fizeram-me identificar os atores/agentes inseridos numa estrutura de classe, portanto nada mais são do que a classe cuja ação está deslocada do mundo da produção, conquanto se reproduz na vida cotidiana, na qual intervém a política global do espaço de moradia que configura o modelo de *habitat* através do controle social. No dia a dia, os moradores estão impelidos a participar no consumo e no uso de espaço homogeneizado que mascaram a desigualdade de classe, porém as práticas de *habitat* aludem, paradoxalmente, a crítica e a resignação à política global do espaço manifestas na representação da pobreza pelas categorias particulares de moradores dos condomínios, entrevistados: trabalhadores desempregados, pessoas idosas, mulheres não qualificadas como chefe de família, minorias raciais, progenitores de deficientes físicos e mentais.



II. Marco teórico/marco conceptual

Para compreender o movimento classificatório que faz o ator/agente representação da classe social em ação, o ponto de partida teórico configura as classes por meio da relação das categorias sociológicas “ação coletiva e cultura”, “estrutura de classe e ação coletiva”, e “cultura e estrutura de classe” as quais, segundo o autor Klaus Eder (2001, p. 7-8); 2002, p. 26-27), inovam a problematização das relações sociais no capitalismo contemporâneo. O sociólogo alemão Klaus Eder admite, sob uma perspectiva sistemática, abstrata e formal, que a interação das categorias estrutura de classe, cultura e ação coletiva possibilita a reconstrução do conceito de classe social, pela qual centra o problema da “crise da política de classe” captada por Eder, nas análises sobre os movimentos sociais a partir da década de 60 do século XX. Estas análises apresentam, segundo Eder, nas argumentações teórica de Habermas ([1968], 1983, p.333-343) e Touraine (1970; p. 84-95) respectivamente sobre o capitalismo regulado pela intervenção do Estado e a sociedade pós-industrial, “capitalismo programado”, o deslocamento da análise do conflito de classe intrínseco à estrutura económica de uma formação social para a esfera pública sob a hegemonia da cultura que se desdobra em dois movimentos simultâneos na sociedade contemporânea. Por um lado, a cultura forja a consciência tecnocrática por meio do conhecimento, da tecnologia e das compensações individuais advindos do desenvolvimento industrial progressivo, e dos processos de organização empresarial e financeiro, essa se coloca como força legitimadora do sistema de produção e consumo no mundo capitalista, cuja eficácia de ação se desprende, diretamente, dos conflitos de classes tradicionais para os acomodar dentro de expectativas de consumo de mercadorias (OFFE, 1989, p. 167-197); HABERMAS, 1983, p. 333-343); ADORNO & HORKHEIMER, 1982, p. 190-195); TOURAINE, 1970, p. 84-95. Por outro, a hegemonia cultural propicia a insurgência de novas interpretações da vida social advindas da fragmentação de demandas de indivíduos e grupos concretos e heterogêneos, cuja autonomia relativa os desprendem da condição heteronômica própria das relações económicas, para o estado de manifestação de diferentes linguagens referenciadas a experiências compartilhadas de discriminação e preconceito na vida cotidiana.



Portanto a condição de classe deixa de ser o substrato das lutas por igualdade social e econômica na sociedade contemporânea, de onde abre espaço a novos atores (homens, mulheres, étnicos, raciais, religiosos, gênero, jovens, idosos etc.) que saem da invisibilidade interna das relações sociais. Esses atores passam a protagonizar a luta pela diferença e reconhecimento que se insere no universo da justiça e dos direitos iguais (HONNETH, 2003, p. 253-280); TOURAINE, 1984, p. 219-228) nas contestações multiformes e plurais.

O recorte teórico de Klaus Eder contrasta com o conceito de classes da leitura marxista que as classificam como agrupamentos homogêneos socialmente determinados pela estrutura de produção na qual se incluem as forças produtivas, cujo movimento de oposição e contradição na própria estrutura resultam do processo de apropriação desigual da riqueza (Cf. MARX). Portanto o antagonismo das classes sociais na perspectiva histórica e dialética se insere numa estrutura econômica, material, da qual emana formas de dominação ideológica e de poder estatal que reproduzem o sistema de exploração e dominação de uma classe sobre a outra. Contudo, essa definição da classe circunscrita à estrutura econômica, se desloca, sobretudo nas obras *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* e *A luta de classe na França (1848)*, à ideia de que não há classes sem lutas de classes, sem lutas políticas. Essa concepção transbordará o pensamento marxiano contemporâneo nas obras de Lênin, Gramsci, Poulantzas, Thompson, entre outros, e no dizer de Henri Lefebvre (1968, p. 87), a classe só deixa de ser “virtual”, quando passa do estado de “classe em si” a “classe para si”, pela ação de uma *práxis* revolucionária, portanto é na “arena política” que se torna possível a materialização de projeto de transformação social. Ainda continua Lefebvre, “As classes polarizadas, em luta e conflito, não deixam de constituir uma unidade. Esta unidade recebe uma denominação geral (a “sociedade”), uma denominação particular (a nação) ou uma denominação singular (a divisão dos trabalhos complementares nas unidades de produção).” Na dialética do conflito e unidade, o real se constitui por forças antagônicas e recíprocas em cujos “(...) conflitos permitem-nos acentuar a unidade; reciprocamente, desde que acentuamos a unidade, devemos elucidar sua essência conflitiva.” (LEFEBVRE, 1968, p. 87). Desdobra da dimensão político, a importância da conjuntura nacional que redesenha a estrutura da sociedade, ou seja a “constelação de classes e frações de classes”, pela qual a descrição de diferentes classes podem definir, comparativamente, “(...) a



estrutura social de duas sociedades desigualmente desenvolvidas e situadas no caminho do capitalismo” dentro de um mesmo período histórico. A assertiva marxiana de Lefebvre (1968, p. 87) completa-se: “A análise estrutural deve dar margem ao conjuntural, o qual se insere no histórico”. Nesses termos, consideramos que a arena de conflitos e lutas recoloca a política e a história como dimensões essenciais do movimento dialético que põe em relação a objetividade da divisão social e a subjetividade de suas representações construídas intersubjetivamente.

Consequentemente, podemos dizer que as classes não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para as outras. Aqui deixemos de lado a questão da consciência de classe, para dar relevo ao cenário político onde se encontra o processo da ação coletiva pelo qual emerge e é localizado o ator coletivo, ou seja a classe social, como Eder propõe para se retornar a analítica da política de classe (2002, p. 85). O conflito e lutas identificam os movimentos sociais que abarcam “tanto os atores coletivos como as ações coletivas. As duas perspectivas convergem no fenômeno dos movimentos sociais.” (EDER, 2002, p. 85-86).

Eder propõe uma teoria e a pesquisa dos movimentos sociais que desenhe os “estágios da formação de um ator coletivo subindo de um nível micro até o nível macro” (EDER, 2002, p. 89). Para tanto admite o potencial das referências analíticas explicativas do nível micro, a “socialização política ou (...) [os] processos de aprendizagem moral”, o “grau de consciência moral e sua reprodução nas visões de mundo coletivamente partilhadas” e o “desenvolvimento da capacidade linguística e sua realização vinculada à classe” (EDER, 2002, p. 89). No que tange ao nível médio “dos grupos de pressão do tipo americano contém referências às teorias econômicas da ação social e aos fatores culturais. A mobilização de recursos através das organizações dos movimentos sociais é vista como um mecanismo utilizado para superar as dificuldades de gerar ação coletiva.” (EDER, 2002, p.89). Sobre as bases micro e média, a análise macro dos atores coletivos e ação coletiva converge o entendimento das “formas específicas de classe de experimentar e perceber o mundo social que geram a ação coletiva.” (EDER, 2002, p. 101). Eder recepciona a crítica às teorias da ação¹, porém a reconstrói por meio do argumento da distinção analítica de “o nível de classe como contexto

¹ Aqui Eder salienta a crítica de Lockwood às teorias da ação a qual concebe o “‘elo mais fraco da corrente’ que liga a posição de classe à ação de classe.” Portanto nessa perspectiva tal aproximação foi enfraquecida. (EDER, 2002, p. 102)



para a ação coletiva e o nível de classe como ator coletivo que emerge da ação coletiva específica de classe.” Consequentemente, para Eder, a perspectiva da ação coletiva descreve o nível da classe, nível macro, diferenciando-a do “(,,,) nível da ação coletiva organizada segundo a similitude de seu envolvimento nos problemas sociais.” (EDER, 2002, p.102). Menciona que ligar ação coletiva e estrutura de classe qualifica o significado do termo “socialmente determinado” referenciado no modelo clássico de classes econômicas e nas teorias da ação. E justifica sua tese da importância de retornar a análise da política de classe, pois: “Há uma comunidade de experiência dada pela posição específica de ‘classes’ de pessoas em uma sociedade.” (EDER, 2002, p.102)

Por conseguinte Eder também se distancia da perspectiva sistemática de Max Weber, que concebe as classes dentro de uma estrutura econômica cuja causalidade comum de “oportunidade de vida” é distribuída conforme o poder entre grupo de pessoas que se encontra nos mercados de produtos ou de trabalho na mesma situação de classe. Ou seja a situação de classe é delimitada pelas categorias elementares “‘propriedade’ e ‘ausência de propriedade’” das condições de mercado, onde as pessoas se situam em grupos que “possuem em comum interesses econômicos na posse de bens e oportunidades de rendimentos” (WEBER, 1977, p.63-64).

Segundo Eder (2001, p.102), no nível macrosociológico da ação de classe, digamos o mais praticado pelas análises marxista e weberiana, deixa lacunas na forma e no conteúdo da interpretação sobre “o modo pelo qual a ação coletiva é socialmente constituída”, dada a complexidade da forma da ação coletiva de classe na sociedade contemporânea. Hoje temos diferentes ações coletivas, cada uma com uma lógica particular advinda das diversas linguagens (gramáticas) de comunicação e percepção do mundo social. Na sequência dessa sistematização a ação de classe, está para além do dualismo estrutural que caracteriza, fundamentalmente, o conflito entre duas classes antagônicas.



III. Metodología

A proposição Eder abre espaço à discussão metodológica do “estruturalismo-construtivista” com o foco para reconstrução teórica do conceito de classe social na sociedade capitalista contemporânea. Essa metodologia consiste na praxiologia bourdieusiano, pela qual a perspectiva estruturalista toma o mundo social e não somente os sistemas simbólicos – linguagem, rituais, etc. -, como estruturas objetivas, autônomas da consciência e da vontade dos agentes, as quais potenciam e constroem suas práticas e representações (BOURDIEU, 1990, p.149). A perspectiva construtivista, digamos, divide o mundo social, de um lado em “gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos (...) de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular (...) de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais.” (BOURDIEU, 1990, p.149). No lugar de ver nesse método a separação analítica de níveis micro, médio e macro de interpretação da realidade, Bourdieu considera que nele está o modo de pensamento relacional entre estruturas e representações pelo qual coloca o ponto de partida da construção social de classe, segundo sua obra *A Distinção* (2007).

Dito isso, o real é relacional, de modo que para analisar as práticas de um grupo, uma classe, é necessário levantar perguntas sobre as condições sociais e a história de cada indivíduo que geram suas práticas. Nesses termos, como diz Eder, a lógica da ação coletiva deriva “de um *habitus* específico de classe, uma forma específica de classe de experimentar e perceber o mundo. As pessoas divergem desta lógica apenas dentro de limites da variância estatística. Desta forma, pode-se identificar a estrutura social (...) como contexto da ação coletiva.”. Eder finaliza: “As estruturas de classe são o ambiente no qual a ação coletiva se produz e se reproduz no nível da sociedade (macro). Entretanto, as classes apenas definem o espaço macrosocial no qual os atores emergem; elas não o determinam.” (2002, p. 102-103).

Para Bourdieu (2007, p. 97-117), a construção do espaço social se vale da observação da lógica da diferença de posições dos agentes ou grupos no campo onde são distribuídos em função de sua posição em dois princípios de diferenciação: capital econômico e capital cultural. Consequentemente,



os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximo estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. Na dimensão do capital econômico, os possuidores de um grande volume de capital global, como empresários, membros de profissões liberais e professores universitários, opõem-se socialmente àqueles menos providos de capital econômico e de capital cultural, como os operários não-qualificados. Bourdieu (2007, p.107-112), porém, também considera o peso relativo do capital econômico e cultural, observando os professores (relativamente mais ricos em capital cultural do que em capital econômico) mostra a oposição destes de maneira mais nítida os empresários (relativamente mais ricos em capital econômico do que em capital cultural).

Questionado se as classes existem, Bourdieu responde estas existem na construção do espaço social “(...) um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo no estado virtual, não como um dado, mas como *algo que se trata de fazer*” (BOURDIEU, 1996, p. 27. Grifos do autor). A posição dos agentes no espaço social, nessas distribuições de espécies de capital, pode se tornar armas, conforme diz Bourdieu, pois as representações nesse espaço e as tomadas de posição nos conflitos e nas lutas podem definir em conservá-lo ou transformá-lo. Bourdieu refere a posição dos agentes no espaço social, provisoriamente classificada por sistema de variáveis independentes (profissão, idade, escolaridade, renda), pois não se pode limitar as condições de existência do indivíduo ou grupo a aspectos exteriores às suas escolhas e preferências. Ao contrário há de se observar as condições internas originadas por propriedades pertinentes e incorporadas pelos agentes durante a trajetória de vida. Portanto, as frações de classes não são apenas classificadas por sua posição nas relações econômicas, mas sobretudo pela proporção e distribuição de capital econômico e cultural no mesmo espaço geográfico, onde a proximidade e distância da relação, por exemplo, entre homens e mulheres carrega o princípio de seleção ou exclusão constituído no espaço social. Dessa maneira, a divisão do trabalho sexual tende a enfraquecer, quando as mulheres aumentam o seu capital escolar ou cultural. O que repercute, muitas vezes, na mudança de posição por meio da inovação de práticas de gosto e de preferências, e da participação política, contudo essa mobilidade nem sempre corrobora com a desconstrução da cultura machista e transformação do *ethos* discriminatório e violento contra a mulher.



Para Bourdieu, as classes construídas são também classes de trajetórias marcadas pela história individual ou coletiva num campo relacional. A possibilidade de relação entre os indivíduos e grupos no espaço social, mesmo com a aproximação deles no espaço geográfico, depende da relação entre capital incorporado de origem e o capital adquirido e institucionalizado de chegada, dos agentes. Logo, o possível encontro e desencontro entre os agentes segue a probabilidade estatística de intensidade bastante variável dos detentores de capital econômico e cultural. Na comparação das práticas de agentes que possuem as mesmas propriedades e ocupam similar posição social em determinado momento, mas estão separados por sua origem social, é realizada uma classificação que identifica as frações de classes em ricos, novos ricos ou desclassificados.

Segundo Bourdieu, a passagem de um momento da trajetória para outro depende, muitas vezes, de contextos das relações, de acontecimentos coletivos, como guerras e crises, ou acontecimentos individuais, como encontros, ligações amorosas, honrarias. A variável dependente é, por assim dizer, a acumulação de um alto capital social por determinadas pessoas que possuem, conseqüentemente, o poder de modificar as relações sociais dentro de um campo, ou a mudança é realizada por intervenções institucionalizadas. Dessa forma, a lógica do capital e do mercado, para Bourdieu, é similar a lógica específica do campo. É necessário possuir determinada espécie de capital (econômico e cultural) para participar no campo no qual a detenção do capital específico pelo agente é condição para entrada ou impedimento para ação coletiva.

Por fim Bourdieu justifica a diferenciação de estilos de vida e gosto de classe, pelas preferências e escolhas por determinadas práticas de consumo. A justificativa estrutural é a mais forte, a qual trata da distribuição dos indivíduos e grupos no espaço geográfico socialmente hierarquizado. Para adquirir bens sejam materiais ou simbólicos, o indivíduo depende do acúmulo de capital econômico, cultural e social, mas também depende da distância ou proximidade física para o acesso e oportunidade de adquirir aqueles bens. Sendo assim, no que tange ao espaço urbano, estar localizado no centro e na periferia corresponderá a maior ou menor facilidade de acesso ao consumo, pois o tempo de deslocamento, entre outras condições para tal, interferirá na reprodução de práticas de consumo e estilos de vida das diferentes frações de classes.



IV. Conclusiones

Provisoriamente considero que a reconstrução analítica de classe em Eder e Bourdieu se sustenta a fragilidade explicativa da categoria contradição no terreno da constituição da classe. O mundo dos conflito social não se compreende por meio de estruturas antagônicas entre forças produtivas de caráter subjetivas e estruturas de produção, objetivas, porém oposições e reciprocidades de atores determinados social e culturalmente no contexto de classe, de onde eles geram a ação coletiva. A reprodução da cultura de classe consiste o objeto da política de classe deslocado da leitura objetivada e subjetivista da realidade, da lógica sistêmica da adaptação dos indivíduos próprias da teoria da modernização: “O que é constitutivo da política de classe é a situação na qual se chocam modos alternados de perceber e reagir a problemas adaptativos.” (EDER, 2002, p.311). Portanto a crise da política de classe é o produto de “orientações culturais irreconciliáveis” que tornam pouco funcional a compreensão das relações capital e trabalho, regulação e desregulação do Estado, da crise ambiental, paradoxalmente dessa crítica aparece “as contradições sociais baseadas em modelos culturais alternativos para orientação do desenvolvimento social” (2002, p. 311), como condição social da possibilidade de realização de uma nova política de classe, na qual o conflito social é observado e ressignificado pelas experiências, linguagem e percepções dos grupos em contexto de classes.



V. Referências

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. A indústria cultural. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). Teoria da cultura de massa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. O que falar quer dizer. In: BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda., 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. Coisas ditas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas (SP): Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. O espaço social e suas transformações. In: BOURDIEU, P. A Distinção. São Paulo: EDUSP/Zouk, 2007.
- EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2001, vol.16, n.46, pp.5-27.
- EDER, Klaus. A nova política de classe. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência enquanto “ideologia”. In: Textos escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jürgen Habermas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. Sociologia de Marx. São Paulo: Editora Forense, 1968.
- MARX, Karl. Teoria e processo histórico da revolução social, e outros escritos. In: FERNANDES, Florestan (Org.). Karl Marx & Friedrich Engels: história. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- TOURAINÉ, Alain. A sociedade post-industrial. Lisboa: Moraes Editores, 1970.
- TOURAINÉ, Alain. O retorno do actor. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.
- WEBER, Max. Classe, “status” e partido. In: VELHO, Otávio G.; PALMEIRA, Moacir; BERTELLI, Antônio R. Estrutura de classes e estratificação social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio